

2º SEMESTRE 2022

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal

Celina Leão Hizim Ferreira

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretor de Previdência

Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretora de Administração e Finanças

Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Investimentos

Thiago Mendes Rodrigues

Diretor Jurídico

Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretora de Governança, Projetos e Compliance

Sylvia Neves Alves

Controladoria

Marcio Eduardo de Moura Aquino

Unidade de Comunicação Social

Jucélio Duarte Ponciano

Diagramação

Mariane Brenner Sarmento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE	6
3. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7
3.1. Contabilização da Receita	7
3.2. – Contabilidade da Despesa	9
3.3. Compensação Previdenciária	10
4. UNIDADE DE ATUÁRIA	11
4.1. Avaliação Atuarial	11
4.2. Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência – RPPS	13
4.3. Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA	10
5. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA	11
5.1. Concessão de Aposentadoria/Pensões	17
5.2. Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões	17
5.3. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR	17
6. CONTROLADORIA	19
6.1. Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	19
7. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS	20
7.1. Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR	20
7.2. Política de Investimentos	20
7.3. Carteira de Investimentos	21
7.4. Ativos Não Financeiros	23
7.5. Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN	23

8. DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE	25
8.1. Planejamento Estratégico	25
8.2. Certificação – Pró-Gestão	26
8.3. Mapeamento e elaboração de Manual de Processos	26
9. CONCLUSÃO	27

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev-DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigаторiedades da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do Iprev, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev-DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

2. GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto nº 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto nº 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e do Regimento Interno que regimenta a Controladoria, Ouvidoria e demais Gerências.

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpra estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil através de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.

Ao valer dos preceitos, o Iprev em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos:

- Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Análise das Contratações;
- Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

3. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do Irev no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

3.1. CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Com o advento da EC n° 103 de 12 de novembro de 2020, a alíquota vinculada ao regime previdenciário sofreu alteração e com a recepção pela LC n° 970/2020 de 11% para 14% a partir de janeiro de 2021 e subdividem-se com as seguintes contabilizações:

Tabela 1. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - UG 320201-32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orçamentária	Transf. Financ Receb	Receita Extra-Orçamentária	Despesas Orçamentárias	Transf. Financ Concedidas	Despesas Extra-Orçamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/2022	23.663.125,81	36.440,13	1.421.169,00	199,18	31.137,11	-	964.176,07	24.125.620,94
Fev/2022	24.125.620,94	77.418,77	-	(199,18)	951.866,82	-	226.881,07	23.024.092,64
Mar/2022	23.024.092,64	263.376,16	2.842.338,00	-	1.093.551,94	-	82.290,57	24.953.964,32
Abr/2022	24.953.964,32	77.038,53	1.421.169,00	-	940.582,84	-	13.299.999,99	12.211.589,02
Mai/2022	12.211.589,02	80.471,12	1.421.169,00	127,39	1.091.134,83	-	9.717.893,74	2.904.327,96
Jun/2022	2.904.327,96	875,76	1.421.169,00	(127,39)	1.113.291,99	-	-	3.212.953,34
Jul/2022	3.212.953,34	57.050,50	1.421.169,00	-	1.140.069,79	-	-	3.551.103,05
Ago/2022	3.551.103,05	4.721,79	1.421.169,00	390,12	1.065.877,67	-	-	3.911.506,29
Set/2022	3.911.506,29	76.723,47	1.421.169,00	(220,18)	1.096.701,99	-	-	4.312.476,59
Out/2022	4.312.476,59	39.361,86	1.421.169,00	985,11	1.110.585,34	-	39,02	4.663.368,20
Nov/2022	4.663.368,20	36.355,56	-	(940,15)	1.194.396,82	-	-	3.504.385,79
Dez/2022	3.504.386,89	25.618,92	-	11,88	1.820.234,22	-	11,88	1.709.771,49

Tabela 2. FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR – UG 320202-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita Orçamentária</u>	<u>Transf. Financ Receb</u>	<u>Receit a Extra-Orçamentária</u>	<u>Despesas Orçamentárias</u>	<u>Transf. Financ Concedidas</u>	<u>Despesas Extra-Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário Conciliado</u>
Jan/22	3.557.575.878,24	36.769.115,22	343.617,91	-	-	343.617,91	31.895.428,75	3.562.449.564,71
Fev/22	3.562.449.564,71	99.956.598,13	61.071,31	-	-	61.071,31	81.881.110,96	3.579.525.061,88
Mar/22	3.579.525.061,88	114.587.023,88	14.695,89	-	-	14.695,89	44.396.577,81	3.649.715.507,95
Abr/22	3.649.715.507,95	62.260.928,84	14.695,89	-	-	14.695,89	82.932.009,60	3.629.044.427,19
Mai/22	3.629.044.427,19	19.601.247,42	14.695,89	-	-	14.695,89	21.861.546,66	3.626.784.127,95
Jun/2022	3.626.784.127,95	29.171.956,53	14.695,89	-	-	14.695,89	37.470.581,30	3.618.485.503,18
Jul/2022	3.618.485.503,18	45.354.400,70	14.695,89	-	-	14.695,89	86.086.350,48	3.577.753.553,40
Ago/2022	3.577.753.553,40	8.595.841,71	14.695,89	-	-	14.695,89	23.643.225,48	3.562.706.169,53
Set/2022	3.562.706.169,53	100.080.064,66	14.695,89	-	-	14.695,89	24.380.036,26	3.638.406.198,03
Out/2022	3.638.406.198,03	85.665.097,29	14.695,89	-	-	14.695,89	127.788,81	3.723.943.506,51
Nov/2022	3.723.943.506,51	32.872.840,87	14.695,89	-	-	14.695,89	32.956.307,48	3.723.860.039,90
Dez/2022	3.723.860.039,90	26.638.781,09	14.695,89	-	-	14.695,89	79.424.179,42	3.671.074.541,57

Tabela 3. FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL - UG 320203-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita Orçamentária</u>	<u>Transf. Financ Receb</u>	<u>Receita Extra-Orçamentária</u>	<u>Despesas Orçamentárias</u>	<u>Transf. Financ Concedidas</u>	<u>Despesas Extra-Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário Conciliado</u>
Jan/2022	195.335.359,85	339.527.326,15	608.089,59	428.539,89	73.173.970,87	1.421.169,00	256.603.671,60	204.700.504,01
Fev/2022	204.700.504,01	344.360.971,56	700.405,52	28.900,66	352.943.900,23	-	34.916,05	196.881.797,57
Mar/2022	196.881.797,57	355.627.076,16	648.093,34	(128.938,40)	364.489.609,34	2.842.338,00	395.533,63	185.300.547,70
Abr/2022	185.300.547,70	346.540.949,75	731.571,37	2.296,29	363.077.845,32	1.421.169,00	11.359.244,76	179.435.595,55
Mai/2022	179.435.595,55	389.259.483,26	646.939,65	85.459,40	412.544.522,77	1.421.169,00	11.145,76	155.450.640,33
Jun/2022	155.450.640,33	452.275.672,12	1.025.449,21	389.299,08	431.498.088,29	1.421.169,00	183.302,60	176.038.500,85
Jul/2022	176.038.500,85	372.176.706,09	420.409,00	(176.868,36)	382.739.349,01	1.421.169,00	12.785,75	164.285.443,82
Ago/2022	164.285.443,82	374.443.644,14	669.653,82	(11.398,45)	382.492.137,45	1.421.169,00	1.590,28	155.472.446,60
Set/2022	155.472.446,60	375.779.784,25	29.426.609,85	102.327,52	402.885.906,01	1.421.169,00	10.844,76	156.463.248,45
Out/2022	156.463.248,45	399.044.985,64	443.209,65	435.712,45	394.813.136,19	1.421.169,00	-	160.152.851,00
Nov/2022	160.152.851,00	395.451.275,44	477.798,51	(290.544,70)	410.455.090,37	-	21.776,46	145.314.513,42
Dez/2022	145.314.513,42	521.320.145,63	436.474,08	(677.801,62)	477.212.885,79	-	291.108,66	188.889.337,06

Tabela 4. NOVO FUNDO CAPITALIZADO UG 320206 – 32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orçamentária	Transf. Financ. Receb	Receita Extra-Orçamentária	Despesas Orçamentárias	Transf. Financ. Concedidas	Despesas Extra-Orçamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/2022	211.322.270,02	14.484.137,39		119,03	1.511,92	-	35.519,31	225.769.495,21
Fev/2022	225.769.495,21	16.568.912,31		119,03	15.910,70	7.511,77	1.755.681,97	240.559.184,05
Mar/2022	240.559.184,05	18.177.898,16			16.007,12	49.316,79	1.543.221,84	257.128.536,46
Abr/2022	257.128.536,46	23.924.536,21			19.136,72	164.997,03	2.714.167,87	278.154.771,05
Mai/2022	278.154.771,05	20.471.873,36			20.629,75	-	1.134.910,06	297.471.104,60
Jun/2022	297.471.104,60	18.115.435,90			20.629,75	-	1.205.776,95	314.360.133,80
Jul/2022	314.360.113,80	27.747.849,88			20.718,61	-	2.140.441,82	339.946.823,25
Ago/2022	339.946.823,25	26.387.490,41			23.402,36	1.182,42	237.253,19	366.072.475,69
Set/2022	366.072.475,69	19.528.468,47			24.016,06	1.280,97	1.347.960,35	384.227.686,78
Out/2022	384.227.686,78	22.058.361,21			27.320,73	6.183,12	487.724,40	405.764.819,74
Nov/2022	405.764.819,74	19.370.947,22	-	-	20.629,75	2.976,63	2.269.984,48	422.842.176,10
Dez/2022	422.812.176,10	39.070.647,01	-	-	25.348,79	-	1.839.106,80	460.048.367,52

3.2. CONTABILIDADE DA DESPESA

A Programação Orçamentária e Financeira para o Exercício de 2022 se encontra definida pelo Decreto nº 42.959 de 28 de janeiro de 2022 com a disposição do cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracteriza o Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere ao exercício de 2022 com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

Tabela 5. DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – UG: 320203 – FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias RPPS Financeiro	Aposentadorias compulsórias	Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	APOSENTADORIAS E REFORMAS	Pensões RPPS Financeiro	PENSÕES	AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO
JAN	R\$ 255.467.017,84	R\$ 11.938,37	R\$20.443.724,17	R\$ 275.922.680,38	R\$ 68.178.549,79	R\$ 68.178.549,79	R\$ 618.888,04
FEV	R\$ 253.464.254,62	R\$ 11.938,37	R\$20.496.915,07	R\$ 273.973.108,06	R\$ 69.717.290,86	R\$ 69.717.290,86	R\$ 665.572,37
MAR	R\$ 284.383.254,62	R\$ 11.938,37	R\$ 20.536.145,67	R\$ 304.931.118,65	R\$ 76.168.490,41	R\$ 76.168.490,41	R\$ 627.106,66
ABR	R\$ 319.902.174,51	R\$ 9.570,36	R\$ 3.907.671,58	R\$ 323.819.416,45	R\$ 80.093.829,16	R\$ 80.093.829,16	R\$ 578.381,52
MAI	R\$ 318.878.707,65	R\$ 11.938,37	R\$ 4.020.833,96	R\$ 322.911.479,98	R\$ 87.066.908,93	R\$ 87.066.908,93	R\$ 658.970,99
JUN	R\$ 338.698.557,23	R\$ (11.689,32)	R\$ 4.092.863,26	R\$ 342.779.731,17	R\$ 68.014.022,58	R\$ 68.014.022,58	R\$ 615.354,00
JUL	R\$ 262.855.667,50	R\$ 2.504,23	R\$ 23.364.370,37	R\$ 286.222.542,10	R\$ 66.919.659,33	R\$ 66.919.659,33	R\$ 434.331,94
AGO	R\$ 352.211.306,65	R\$ 11.938,37	R\$ 4.332.159,35	R\$ 356.555.404,37	R\$ 87.792.625,47	R\$ 87.792.625,47	R\$ 668.471,40
SET	R\$ 317.736.252,16	R\$ 11.938,37	R\$ 4.469.986,63	R\$ 322.218.177,16	R\$ 72.314.699,58	R\$ 72.314.699,58	R\$ 548.028,56
OUT	R\$322.245.254,95	R\$ 11.371,81	R\$ 5.259.169,92	R\$ 327.515.796,68	R\$ 68.454.534,38	R\$ 68.454.534,38	R\$ 437.026,53
NOV	R\$ 303.963.001,84	R\$ 11.371,81	R\$ 3.258.902,93	R\$ 307.233.276,58	R\$ 77.964.858,90	R\$ 77.964.858,90	R\$ 437.026,53
DEZ	R\$ 392.834.261,76	R\$ 959,97	R\$ 1.160.256,31	R\$ 393.995.478,04	R\$ 83.393.995,72	R\$ 83.393.995,72	R\$ 484.990,78
TOTAL R\$ 4.750.921.102,70							

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

3.3. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto nº 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo:

Tabela 6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV – EXERCÍCIO 2022

MÊS DE COMPETÊNCIA	FLUXO MENSAL (1)						FLUXO ACUMULADO (2)		
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	13º FLUXO	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	SALDO
JAN	R\$ 19.155.908,69	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ 19.155.908,69	R\$ (65.333,80)	R\$ 19.090.574,89	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FEV	R\$ 19.154.532,17	R\$ (66.898,87)	R\$ -	R\$ 19.087.633,30	R\$ (65.333,80)	R\$ 19.022.299,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MAR	R\$ 19.075.742,70	R\$ (155.953,00)	R\$ -	R\$ 18.919.798,70	R\$ (65.333,70)	R\$ 18.854.455,90	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ABR	R\$ 19.070.554,36	R\$ (6.141,62)	R\$ -	R\$ 19.064.412,74	R\$ (65.060,60)	R\$ 18.999.352,14	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MAI	R\$ 19.028.117,03	R\$ (193.886,98)	R\$ -	R\$ 18.834.230,05	R\$ (65.205,74)	R\$ 18.769.024,31	R\$ -	R\$ -	R\$ -
JUN	R\$ 18.995.971,36	R\$ (438.692,69)	R\$ -	R\$ 18.557.278,67	R\$ (65.205,74)	R\$ 18.492.072,93	R\$ (199.789,87)	R\$ -	R\$ (199.789,97)
JUL	R\$ 18.978.752,73	R\$ (224.076,69)	R\$ -	R\$ 18.754.676,04	R\$ (65.433,91)	R\$ (224.583,07)	R\$ 224.583,07	R\$ -	R\$ 224.583,07
AGO	R\$ 19.023.675,30	R\$ (104.517,38)	R\$ -	R\$ 18.919.157,92	R\$ (64.968,69)	R\$ 37.768.284,43	R\$ 9.627.954,94	R\$ -	R\$ 9.627.954,94
SET	R\$ 19.025.980,11	R\$ (64.698,69)	R\$ -	R\$ 18.961.281,42	R\$ -	R\$ 18.961.281,42	R\$ 5.801.280,50	R\$ (155.545,33)	R\$ 5.645.735,17
OUT	R\$ 38.047.510,27	R\$ (94,63)	R\$ -	R\$ 38.047.415,64	R\$ (143.972,20)	R\$ 37.903.443,44	R\$ 1.921.437,84	R\$ (139.454,46)	R\$ 1.781.983,38
NOV	R\$ 19.021.513,78	R\$ (4.600,43)	R\$ -	R\$ 19.016.913,35	R\$ (71.955,31)	R\$ 18.944.958,04	R\$ 32.315,08	R\$ -	R\$ 32.315,08
DEZ	R\$ 19.020.453,99	R\$ (51.919,14)	R\$ -	R\$ 18.968.534,85	R\$ (71.955,31)	R\$ 18.896.579,54	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 247.598.712,49	R\$ (51.919,14)	R\$ -	R\$ 246.287.232,37	R\$ (809.488,90)	R\$ 245.477.743,47	R\$ 17.407.781,46	R\$ (294.999,79)	R\$ 17.112.781,67

MÊS DE COMPETÊNCIA	ESTOQUE RPPS (3)					SALDO DA COMPENSAÇÃO (1+2+3)
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	
JAN	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ 19.090.574,89
FEV	R\$	R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ 19.022.299,50
MAR	R\$	R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ 18.854.455,90
ABR	R\$	R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ 18.999.352,14
MAI	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$	R\$ 18.769.024,31
JUN	R\$	R\$ -	R\$ (152.982,04)	R\$ -	R\$ (152.982,04)	R\$ 18.139.300,92
JUL	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$	R\$
AGO	R\$ 65.868,50	R\$ -	R\$ 65.868,50	R\$ -	R\$ 65.868,50	R\$ (47.462.107,87)
SET	R\$ 49.666,84	R\$ -	R\$ 49.666,84	R\$ -	R\$ 49.666,84	R\$ 24.656.683,43
OUT	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$	R\$ 39.685.426,82
NOV	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$	R\$ 18.977.273,12
DEZ	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$	R\$ 18.896.579,54
TOTAL	R\$ 115.535,34	R\$ 82.136,72	R\$ (37.446,70)	R\$ -	R\$ (37.446,70)	R\$ 262.553.078,44

Fonte: COMPREV/lprev

4. UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da política de investimentos do lprev.

4.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3º da Portaria/ MF nº 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

Plano Previdenciário: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 27 de fevereiro de 2019; e **CONTROLE INTERNO | 11**

- Plano Financeiro: abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 27 de fevereiro de 2019.

De acordo com o encerramento do exercício de 2020, em 31 de dezembro de 2021, os Planos possuíam a seguinte constituição:

Gráfico 1. Servidores Ativos.

QUANTIDADE	ATIVO		TOTAL
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	TOTAL
	4.918	74.883	79.801



Gráfico 2. Servidores Inativos ou Pensionistas

QUANTIDADE	INATIVO			TOTAL
	APOSENTADOS	APOSENTADOS POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS	
53.523	3.947	12.939	70.409	



Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial Iprev- DEZ/21

4.2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – RPPS

Os servidores ativos e o Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

A composição de Receita de Contribuição dos dois Planos, desencadeiam-se no seguinte formato:

Tabela 7. RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO PREVIDENCIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO EM R\$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R\$)
Servidores Ativos	Folha de salários	28.619.578,64	14,00%	4.006.741,01
Servidores Aposentados	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	0,00%	0,00
Pensões	Valor que excede o salário-mínimo	12.595,20	0,00%	1.385,47
Distrito Federal - CustoNormal	Folha de salários	28.619.578,64	27,50%	7.870.384,13
Distrito Federal – Custeio Administrativo	Folha de salários	28.619.578,64	0,50%	143.097,89
TOTAL DE RECEITA				12.021.608,50

Tabela 8. RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO – PLANO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO (R\$)	% CONTRIBUIÇÃO	RECEITA(R\$)
SERVIDORES ATIVOS	FOLHA DE SALÁRIOS	611.057.769,34	14,00%	85.548.087,71
SERVIDORES APOSENTADOS	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	193.999.548,44	12,26%	23.781.939,53
PENSÕES	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	24.174.160,07	12,05%	2.911.964,18
ENTE - CUSTO NORMAL	FOLHA DE SALÁRIOS	611.057.769,34	28,00%	171.096.175,42
TOTAL				283.338.166,83

Ao atender ao que dispõe o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação ajustada pela EC nº 103/2019, consideram-se os servidores titulares de cargos efetivos. Dessa forma, ao mencionar o termo “servidores ativos”, deve-se referir aos servidores titulares decargo efetivo. A composição subdivide-se da seguinte forma:

Tabela 9. QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO FINANCEIRO

ATIVOS	APOSENTADORIA COMUM	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÕES
74.883	53.523	3.947	12.939

Tabela 10. QUANTITATIVO REFERENTE AO PLANO PREVIDENCIÁRIO

ATIVOS	APOSENTADOS NORMAIS	APOSENTADOS POR INVALIDEZ	PENSÕES
4.918	0	0	5

O Patrimônio do Plano Previdenciário corresponde ao somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conformenormas contábeis aplicáveis ao setor público, **excluído a reserva administrativa**. O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio alocado no Plano Previdenciário e sua respectiva data de apuração.

Tabela 11. PATRIMÔNIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$	DATA DA APURAÇÃO
RENDA FIXA	172.666.518,28	31/12/2021
RENDA VARIÁVEL	40.941.089,31	31/12/2021
TOTAL	213.607.607,59	31/12/2021

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

As Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)= Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.
- Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)= Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS.

Tabela 12. AS PROVISÕES MATEMÁTICAS

DISCRIMINAÇÃO	Valores (R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensões)	(3.431.212,59)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Pensões)	298.659,92
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(3.132.552,67)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(3.987.032.273,84)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	2.300.795.197,92
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BaC)	310.745.431,88
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(1.375.491.644,04)
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(1.378.624.196,71)
(+) Ativos Financeiros	213.607.607,59
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	(1.165.016.589,12)

4.3. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

ATUARIAL – DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do Iprev mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição abaixo:

Tabela 13. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais			
Descrição	2022	2021	2020
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	8.160,17	8.012,11	7.832,64
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	9.145,20	9.072,39	9.032,35
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	6.310,78	6.081,34	6.820,79

Idade Média dos Segurados Ativos	46,20	45,63	45,08
Idade Média dos Aposentados	67,27	67,01	66,82
Idade Média dos Pensionistas	62,90	62,86	66,45
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	55,94	55,95	55,81
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	194.088.042,18	32.076.855,21	197.181.573,59
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	167.816.256.714,99	177.181.259.250,58	153.202.375.805,02
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	17.935.456.265,74	19.049.100.887,31	6.369.849.800,15
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	149.880.800.449,25	158.132.158.363,27	146.832.526.004,87
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	263.444.191.697,18	214.522.916.403,55	228.638.177.528,45
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	541.692.308.891,62	41.790.573.286,01	20.776.355.015,26
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	208.751.882.805,56	172.732.343.117,54	207.861.822.513,19
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	21.978.900.770,96	21.269.397.065,22	4.356.570.722,29
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	0,00	0,00
Resultado Atuarial	336.459.694.441,67	309.563.027.560,38	350.140.596.222,18

Fonte: CADPREV/DRAA

5. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

5.1. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA/PENSÕES

Durante o exercício de 2022, a DIPREV por meio de suas Unidades Organizacionais realizou as concessões de aposentadoria e/ou pensões no total de 1038 concessões de aposentadoria e 434 pensões no exercício, conforme quadro abaixo:

Tabela 14. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA/PENSÕES

SEMESTRE	APOSENTADORIA	PENSÕES
1º SEMESTRE	501	240
2º SEMESTRE	537	194
TOTAL	1.038	434

Fonte: DIPREV

5.2. ANÁLISE DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

As análises referentes aos atos de concessão de aposentadorias e pensões em formato tempestivo, foram realizadas no 1º trimestre de 2022, conforme Nota Técnica nº 07/2022 (84385792), Processo SEI nº 00413-00001979/2022-50, ainda em formato preliminar, que possui perspectiva de melhoria e ampliação para o exercício de 2023.

5.3. DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

E REPASSES – DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS nº 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREVWEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao 6º bimestre, traz em síntese, os seguintes registros:

9 - Nº DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
9.1 - SERVIDORES	7.438	7.425	70.048	69.763	77.486	77.188

9 - Nº DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
9.2 - APOSENTADOS			59.112	59.252	59.112	59.252
9.3 - PENSIONISTAS	6	6	13.324	13.334	13.330	13.340
9.4 - DEPENDENTES	2.446	116	53.342	625	55.788	741

10 - INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
10.1 - Contribuições	20.074.374,81	22.124.172,03	363.029.882,82	381.882.681,88	383.104.257,63	404.006.853,91
10.2 - Aportes			336.203.150,14	341.957.185,35	336.203.150,14	341.957.185,35
10.3 - Parcelamentos					0,00	0,00
10.4 - Acréscimos legais de contribuições					0,00	0,00
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					0,00	0,00
10.6 - Recebimento de compensação financeira			24.687.859,19	17.847.545,56	19.287.402,36	17.847.545,56
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos			1.013.923,31	160.555,03	185.558,74	160.555,03
10.8 - Rendimentos demais ativos				325.640,05	127.740,24	325.640,05
10.9 - Outras Receitas					0,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
11.1 - Aposentadoria			619.416.497,82	714.026.358,21	619.416.497,82	714.026.358,21
11.2 - Pensão por morte	22.526,73	27.672,49	101.499.797,02	104.893.995,72	101.522.323,75	104.921.668,21
11.3 - Auxílio-Doença					0,00	0,00
11.4 - Salário-Maternidade					0,00	0,00
11.5 - Salário-Família					0,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
11.6 - Auxílio-Reclusão					0,00	0,00
11.7 - Decisões judiciais (benefícios)					0,00	0,00
11.8 - Benefícios de responsabilidade do Tesouro					0,00	0,00
11.9 - Despesas Administrativas			1.195.052,28	1.814.033,99	1.195.052,28	1.814.033,99
11.10 - Despesas com investimentos					0,00	0,00
11.11 - Restituições e outras compensações pagas					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Compensação Financeira			175,13	832,83	175,13	832,83
11.13 - Outras Despesas			484.990,78	426.305,18	484.990,78	426.305,18

12 - RESULTADO FINAL	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	20.074.374,81	22.124.172,03	725.883.600,20	767.405.454,56	745.957.975,01	789.529.626,59
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	22.526,73	27.672,49	722.596.513,03	821.161.525,93	722.619.039,76	821.189.198,42
12.3 - RESULTADO FINAL APURADO	20.051.848,08	22.096.499,54	3.287.087,17	-53.756.071,37	23.338.935,25	-31.659.571,83

Fonte: CADPREV/DIPR

6. CONTROLADORIA

A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do Iprev na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

6.1. MONITORAMENTO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Iprev mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado no fim do exercício de 2022, encontra-se REGULAR, conforme validade abaixo:



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Governo do Distrito Federal UF: DF
CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA MPS Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O ESTADO ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do estado

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 06/12/2022
VÁLIDO ATÉ 04/06/2023



N.º 974001 -
215568

7. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos coordena os recursos do Iprev por segmentos de ativos conforme a pactuação na política de investimentos e das deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo Iprev além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – DIREX e do Conselho de Administração – CONAD.

7.1. DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre a carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

A apresentação do Demonstrativo neste Relatório irá proporcionar densidade longa, e diante da quantidade, sugere-se consulta ao sitio:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>. Entretanto, cabe registrar o total de recursos, assim discriminados abaixo:

TOTAL DE RECURSOS DO RPPS PARA CÔMPUTO DOS LIMITES	R\$ 4.246.822.382,34
TOTAL GERAL DE RECURSOS DO RPPS	R\$ 5.637.863.415,19

Fonte: CADPREV/DAIR

7.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentosse encontra regulada pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

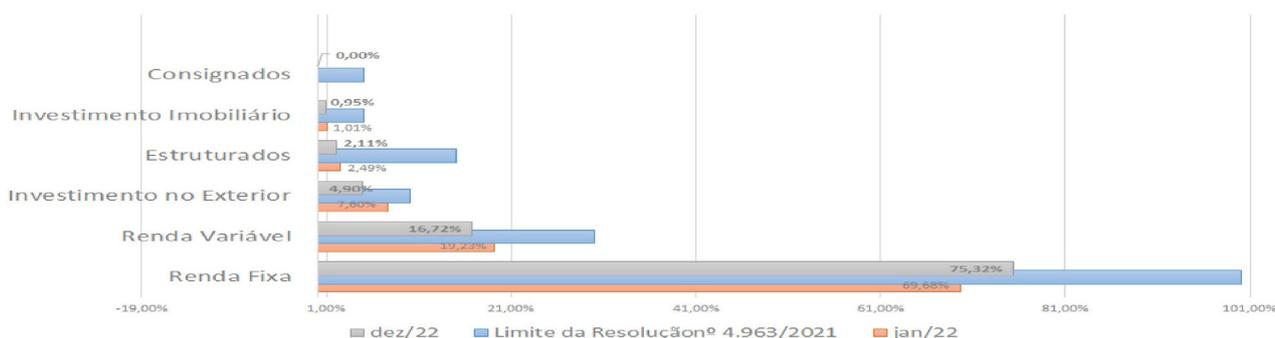
A Política é elaborada e proposta pela Diretoria de Investimentos e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD.

A Política se encontra disponível no website do Iprev por meio do link: <https://www.ipev.df.gov.br/wpcontent/uploads/2022/05/Politica-de-Investimentos-2022.pdf>.

7.3. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

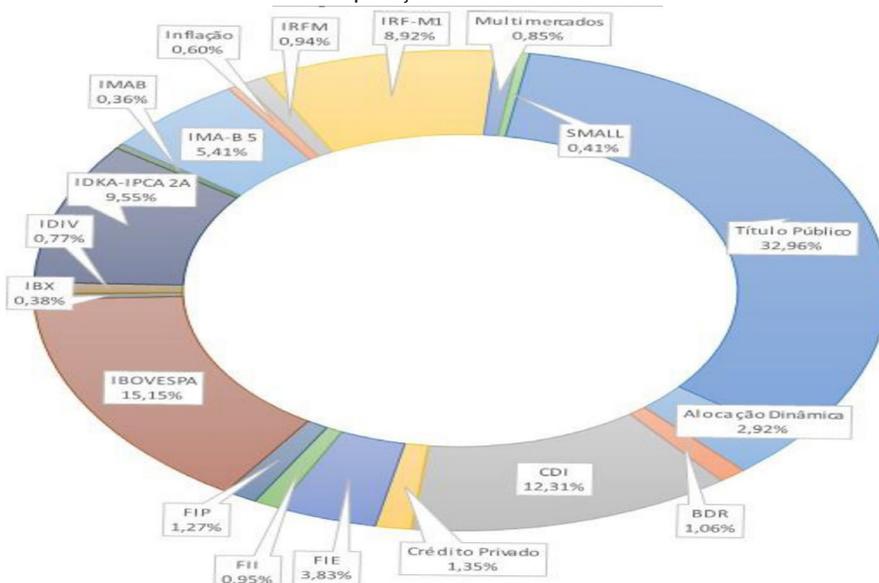
A Carteira de Investimentos, com posição no mês de dezembro de 2022, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de setembro, a carteira se encontra subdividida na seguinte composição:

Gráfico 3. Fundo Solidário Garantidor



Fonte: DIRIN/IPREV

Gráfico 4. Composição da Carteira do FSG DEZ/22



Fonte: DIRIN/IPREV

Tabela 17. Detalhamento do acumulado no mês de Dezembro/2022 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Rentabilidade e Acumulada	Posição 31/12/2022
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 13.582.802,95	R\$ 120.407.760,17
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 49.219,05	R\$ 427.872,18
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 30.772,44	R\$ 283.258,24
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 306,43	R\$ 0,00

Fonte: DIRIN/Iprev

Gráfico 5. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre janeiro e dezembro/22

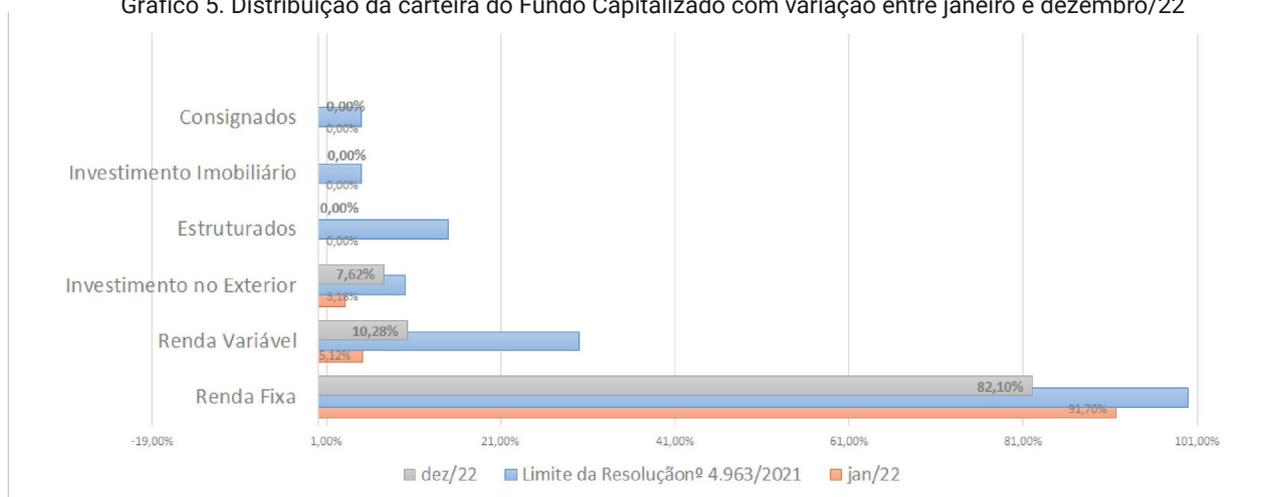


Tabela 18. Demonstrativo por Segmento

SÉGMENTO	Artigo	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	LIMITES DA PI (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)
RENDA FIXA	Art. 7º, I, a	Títulos Públicos Federais	100	100	R\$ 1.236.505.678,97	29,12%
	Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos TN	100	100	R\$ 1.093.770.230,50	25,75%
	Art. 7º, I, c	Fundos Renda fixa "livre"	100	100	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, II	Operações Compromissadas	5	5	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	60	60	R\$ 902.400.210,69	21,25%
	Art. 7º, III, b	ETF - Fundos de índice de renda fixa	60	60	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, IV	Obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas	20	20	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, a	FIDC	5	5	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, b	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5	5	R\$ 70.464.719,07	1,66%
Art. 7º, V, c	FI Debêntures de Infraestrutura	5	5	R\$ 0,00	0,00%	
RENDA VARIÁVEL	Art. 8º, I	FI de Ações	30	30	R\$ 635.026.614,28	14,95%
	Art. 8º, II	ETF - Índices de Ações - Art. 8º, I, b	30	30	R\$ 0,00	0,00%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 9º, I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10	10	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10	10	R\$ 148.148.709,65	3,49%
	Art. 9º, III	Fundos BDR - Nível 1	10	10	R\$ 46.097.756,18	1,09%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	Fundos Multimercados	10	10	R\$ 33.019.500,30	0,78%
	Art. 10, II	Fundos em Participações - FIP	5	5	R\$ 46.583.552,74	1,10%
	Art. 10, III	Fundos "Mercado de Acesso"	5	5	R\$ 0,00	0,00%
FUNDOS IMOBILIÁRIO	Art. 11	FI Imobiliário - FII	5	5	R\$ 34.953.028,00	0,82%
CONSIGNADOS	Art. 12	Consignados	5	5	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL					R\$ 4.246.970.000,38	

Fonte: DIRIN/Iprev

7.4. ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar nº 917/2016 e pela Lei Distrital nº 5.729/2016. Outras atividades que compõem os ativos não financeiros são de rentabilizar os bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor através de Participação Acionária, Dividendos e Juros sobre capital próprio das Estatais onde possui ação, permissão de uso a título oneroso, através da seguinte composição:

Item	Receitas em 2022
Imóveis	175.434,66
Part. Acionária	0,00
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	62.765.153,65
Outorga PPP GDF	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	0,00
*Direito Superfície - Estacionamentos	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00
Dívida Ativa	0,00
TOTAL -->	62.940.588,31

**As alíneas "c", "d", "e", "f" da LC 769/2008 foram consideradas inconstitucionais, conforme Acórdão nº 1628087/2022 – TJDFT.*

7.5. DEMONSTRATIVO DAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTO – DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução 3922 do CMN e da Portaria MPS nº 519/2011.

A apuração referente ao exercício de 2022 se constitui no seguinte formato:

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	Nome	Natureza
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE RUI			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)			LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Investimentos no Exterior	Fundo de A77es BDR N7vel 1	10,00	1.000.000,00	100,00	10,00	100,00	10,00				

ESTRATÉGIAS DESCRITIVAS

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Investimentos no Exterior	Fundo de A77es BDR N7vel 1	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento: Metodologia adotada para precificação e avaliação:
		Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas	
		Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS	
		Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão	
		Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados	

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO - DEMAIS ATIVOS

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
Imóveis	Casa	R\$ 3.892.000,00	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, a Casa 05, Conjunto 8, Lago Sul, integra o 1º Bloco (VERDE) visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Prazo Estimado: Até o final de 2020. Já a Quadra 14, Conjunto A-9, Lote 12, Sobradinho, integra o 1º Bloco (VERDE e AMARELO), visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação).
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 789/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
Imóveis	Apartamento	R\$ 15.730.000,00	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, os apartamentos da SQS 315, Bloco E, Apartamentos 601/602 e 607/608; bem como a SQS 203, Bloco A, Apartamentos 203, 204, 301, 303, 501, 503, 604, 603 e os da SQS 215, Bloco E, Apartamentos 107, 202 e 403 integram o 1º Bloco (VERDE e AMARELO), visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Prazo Estimado: Até o final de 2020.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	Já os da SQS 203, Bloco A, Apartamentos 403, 404 e 502; bem como o da SQS 315, Bloco C, Apartamento 604 e da SQS 403, Bloco O, Apartamento 102, integram o 7º Bloco (VERMELHO); proposta de permuta por outros imóveis do GDF.
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 789/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Imóveis	Outros - Imóveis	R\$ 16.627.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	BONAPARTE, SETOR HOTELERO SUL - SHS QD. 2, Bloco I e J, 2º subbloco, 52 vagas de garagem; valor aproximado do imóvel: R\$ 2.627.000; Número da matrícula e cartório de registro: 99591, no 1º Ofício de Registro de Imóveis (Venâncio Shopping - Asa Sul) e SIA TRECHO 4, LOTE 1000, SIA TRECHO 4, LOTE 1010, SIA TRECHO 4, LOTE 1020, SIA TRECHO 4, LOTE 1030, SIA TRECHO 4, LOTE 1040, SIA TRECHO 4, LOTE 1050, SIA TRECHO 4, LOTE 1060 (0413-00004590/2018-80).
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	Informações adicionais: elevado interesse por parte do Condomínio em comprar as vagas (representantes vieram ao IPREV/DF das vezes no 1º semestre de 2018. No processo SEI nº 00413-0000693/2019-51, consta o Termo de Autorização de Uso a título oneroso celebrado em 13 de maio de 2019 entre IPREV e Condomínio do Edifício Bonaparte.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total). Dessa forma, as Vagas do Bonaparte, integram o 1º Bloco (VERDE), visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação).
Demais Bens, Direitos e Ativos	Outros Bens, Direitos e Ativos	R\$ 531.417.185,46	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 789/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	Ativos Incorporados por força da Lei Complementar nº 920/2016. De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 920, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016, O IPREV/DF, ao alienar as ações do BRB, deve dar preferência de compra ao Distrito Federal. Os funcionários do BRB, por suas entidades, incluída a sua entidade de previdência complementar, têm direito de exercer a preferência de compra de até 10% das ações. Deve ser contratada empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancos de investimento, auditorias, agências de rating ou consultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
Imóveis	Terreno	R\$ 1.282.731.600,00	Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	Relatório de avaliação da companhia conteúdo Estudo de Equity Capital Markets; Estudo de Avaliação Preliminar; Estudo de Múltiplos P/E do mercado; Estudo de Dividend Yield dos main players; Análise de Peers; Estudo de Liquidez das ações do BRB; Estudo de Liquidez das ações dos bancos Tier 1 - II; Estudo múltiplo de peers P/E; Estudo múltiplo de peers P/BV; Estudo do fluxo de caixa descontado; Estudo de Potenciais investidores, realizado por empresa especializada em precificação de ativos financeiros, bancos de investimento, auditorias, agências de rating ou consultorias com notório conhecimento e experiência na prestação desses serviços.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo: A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária. A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permutas (7 Blocos no Total).
			Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SEI nº 00413-00003040/2019-24 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "marcações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 789/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da rentabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terracap, agência oficial distrital na operacionalização de atividades imobiliárias.

Fonte: CADPREV/DPIN

8. DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do Iprev.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do Iprev, gestão de integridade e compliance.

8.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico Institucional do Iprev se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo nº00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:



8.2. CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO

Como parte do Planejamento Estratégico do Iprev, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do Iprev. Para isso, a Governança estabeleceu como meta nos projetos estratégicos a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo nº 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF nº 212 de 12 de novembro de 2021, onde a entidade obteve a certificação em padrão nível II.

A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária,

Esta certificação trata como um reconhecimento de que a Autarquia vem adotando as melhores práticas de gestão previdenciária, proporcionando um maior controle dos seus ativos e passivos com maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

8.3. MAPEAMENTO E ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PROCESSOS

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte dos projetos estratégicos para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária.

9. CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao Iprev no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais; apresentação de Planos de Contas Contábil, dos Fundos Previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de Governança e Compliance.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de Planos de Contingenciamento. Ao utilizar estas ferramentas, há de se produzir maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e conseqüentemente na criação de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.



INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES
DO DISTRITO FEDERAL



VISÃO

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.



VALORES

Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência.



MISSÃO

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes.

Conheça mais em
www.iprev.df.gov.br

